



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010

Semestral

Artigo:

A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO DE ASSIS

Autor:

Guilherme Hammarstrom Dobler¹

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Operador de Multimeios Audio Visual - Campus Ijuí - Coordenadoria Patrimonial e Serviços - Fone: (55)3332-0405 guilherme.dobler@unijui.edu.br

A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO DE ASSIS

Resumo: Esse artigo se propõe a trazer reflexões na perspectiva de evidenciar a educação escolar com pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Parte-se de observações efetuadas no exercício de prática docente no Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA de Ijuí e, busca-se a partir dele, evidenciar algumas estratégias de ensino que, simultaneamente, rompem com o modelo tradicional de funcionamento da sala de aula e propiciam oportunidades mais igualitárias de aprendizagem para todos os alunos.

Palavras-chave: Educação Especial, Atividades Inovadoras em Sala de Aula, Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, Aprendizagens.

Abstract: This research approaches the need to work with special education in elementary school differently, innovating the methods, not fleeing the theme, but doing this the working of a new form, seen in parameter personnel in accordance with the students and the teacher with which one works. It aims to provide ways to develop the work in the classroom with the class and students with special educational needs, in a motivating and interesting for both.

Key words: Special Education, Innovative Activities in the Classroom, Students with Special Educational Needs.

A abordagem relacionada à inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema escolar ainda é polêmica na sociedade e, por isso nos propomos a essa discussão. Esse ensaio surge a partir de um trabalho desenvolvido pelo Auxiliar Pedagógico da Escola, entre os anos de 2009 e 2010 no Centro de Educação Básica Francisco de Assis - EFA, do município de Ijuí, mantida pela Fundação de Integração de Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE). As análises aqui apresentadas são decorrentes de observações realizadas com alunos (as) dos Anos Iniciais e Ensino Fundamental da Escola, cujas turmas acolhem pessoas com necessidades especiais.

O Centro de Educação Básica Francisco de Assis, há 42 anos trabalha tendo como um dos objetivos principais possibilitar com que o estudante seja um sujeito “comprometido com uma sociedade mais humana e igualitária” (MORAES, 2008, p. 09) diante disso, esse ensaio busca evidenciar algumas práticas realizadas na EFA no sentido de inclusão de alunos portadores de deficiências em vista de possibilitar reflexão da realidade profissionalinstitucional.

Há poucos anos, efetivamente, pessoas com necessidades especiais estão sendo admitidas na rede escolar, até porque havia, e de certa forma há, uma ideia generalizada de que as escolas ditas normais não deveriam aceitar esses sujeitos. Alguns pais e mães ainda se escandalizam frente ao fato de saber que seu filho (a) frequenta uma sala de aula em que há colegas que não se enquadram em certos padrões. Por outro lado, é indispensável enfatizar a

postura atual da grande maioria de pais e responsáveis de alunos da EFA, que de uma forma geral freqüentam as reuniões, contribuem no trabalho proposto pela Coordenação Pedagógica da Escola, desta forma, procuram compreender a essência da inclusão no espaço escolar.

Em nome de padrões parecidos ou semelhantes de idades, tempo de aprendizagem, locomoção, entre outros, muitas pessoas foram excluídas do processo de ensino aprendido ao longo dos tempos. Além disso, os preconceitos eram muitos, e, sabe-se, que atualmente, de forma geral, não os superamos. Nesse contexto é que será refletido sobre o papel da escola, suas funções e limitações em se adequar ou não a medidas mais recentes, com relação a alunos com necessidades educativas especiais (ANEE).

Diante do fato de alunos com necessidades especiais fazer parte do universo escolar com aval legal, obrigatoriamente, levou o sistema de ensino bem como a comunidade em geral a levar isso em consideração. De forma geral, gerou certa desestabilidade ao passo que essa desacomodação trouxe novos olhares e aprendizados. De um lado, se evidencia preconceitos quando se colocam debates a respeito do que até então ficava escondido, marginalizado. De outro, milhares de pessoas e familiares envolvidos com crianças ou adultos portadores de deficiências, além de os próprios sujeitos, criam expectativas e vêm possibilidades de realizá-las.

As escolas, se encontrando preparadas ou não, se vêm diante da obrigatoriedade de aceitar alunos especiais e, talvez, partir da teoria à prática de ensinar na diversidade. Nesse sentido, se vê, também frente a limites não esperados e, surpresas da mesma forma não possíveis de prever. Diante desses aspectos, imagina-se que a educação começou ganhar um sentido além dos conteúdos. Passou a ter que lidar mais concretamente com situações do cotidiano das diferenças das pessoas e, assim educar para essa realidade que durante séculos ficou omitida.

Supõem-se que as práticas pedagógicas, necessariamente, devam centrar na aprendizagem, sendo que o (a) professor (a) tem a função de oportunizar o desenvolvimento delas. Sem dúvida nenhuma, a escola ainda é essencial, com o compromisso de gerar e socializar conhecimentos dos diversos campos das ciências. Mas, ciências, acima de tudo em que cabem os humanos e a possibilidade de humanização como diria Freire (1987).

Inclusão: Conviver, saber respeitar as diferenças e não gerar desigualdades

O atual sistema de Educação do Brasil está sendo forçado a ser repensado em vista de mudanças estruturais. Esse fato, entretanto, implica em rever inúmeras questões que deverão alterar o percurso dos diferentes níveis no âmbito do ensino. Diferentes sujeitos sociais tem

provocado tais mudanças, pois, inclusive, do ponto de vista legal, houve avanços nas últimas décadas, no Brasil. Muitos movimentos sociais tem forçado visibilizar causas que ficaram à margem durante muito tempo e, um exemplo são as pessoas com necessidades educacionais especiais.

A sociedade vive um momento relativamente novo com relação à era da informação na globalização, da qual fala Castells (1999) e, segundo o autor, é possível maior volume de troca e fornecimento de informação em uma sociedade em rede. Ao que percebemos essas mudanças sócio-culturais têm sido significativas nas questões das diferenças entre os sujeitos e o conjunto de implicações decorrentes delas. Nesse contexto também, as pessoas com necessidades especiais estão sendo percebidas, mesmo que lentamente.

O movimento pela inclusão social está sendo proposto como construção de um processo no qual as pessoas excluídas e a sociedade busca efetivar oportunidades para todos (as). A educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo escolar, entretanto ela não pode ser reduzida a errônea crença de que para implementá-la basta colocar crianças, jovens ou adultos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares ou nas classes comuns.

Nesse aspecto, nossas observações mostraram que é necessário levar em conta que há um amplo movimento pela inclusão por parte de famílias, intelectuais, sujeitos escolares. De outra maneira constatamos que a entrada e permanência de alunos com deficiência nas escolas regulares é um grande desafio. Não saber como lidar diante de tal situação é maior reclamação por parte dos docentes, pois, evidencia-se a falta de formação adequada ou qualificada desses profissionais.

É difícil e complicado falar em inclusão, numa sociedade que historicamente exclui os pobres, índios, negros, mulheres, pessoas com deficiências, ou seja, todo aquele que é indesejável, cuja presença “ofende”, “perturba” e “ameaça” a ordem social. Desse modo, convivemos com altos índices de desigualdades sociais ficando fácil compreender que o sistema educacional seja reflexo dessas condições, levando em consideração que o sistema de ensino tradicional é o que ainda perdura em grande medida nas escolas, perdendo em socialização, trocas e envolvimento com o outro.

Quando falamos em necessidades educacionais especiais estamos contrapondo a situação de indiferença, pois, significa pensar que esse aluno ao longo da sua escolarização, exige atenção mais específica e maiores recursos educacionais disponíveis para dar respostas à sua necessidade de aprendizagem, como afirmam Coll, Palácios e Marchesi:

A escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Em suma, é a escola que deve adaptar-se à criança e não o contrário, como ocorreu até agora (1995, p.307).

Para dar respostas às necessidades específicas de cada um e cada uma, faz-se necessário pensar num ensino que inclua a todos, independentemente de talento, grau de dificuldade e origem cultural. Sabemos, contudo, que esse tipo de ensino é um desafio para as escolas, devido a tantos preconceitos construídos culturalmente ao longo da história. Além disso, como já salientado, há falta de preparação dos profissionais e de maior investimentos em estrutura até a resistência de acomodação por parte de alguns professores (as).

A necessidade de descortinar limites em vista de possibilidades para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais é uma realidade, desde 1996 com a Lei de Diretrizes e Base nº 9394. A referida Lei traz em seu art.58 que as pessoas com necessidades educacionais especiais, devem, quando possível, estar preferencialmente no ensino regular. Verificou-se que, desde o surgimento da lei, a EFA se adaptou e criou estratégias para receber esses alunos, a EFA tomou medidas como a inclusão de um (a) professor (a) auxiliar por sala de aula e a contratação de um professor de educação especial.

No que tange a escolarização destes sujeitos, ao longo da história da Educação, procurou-se instalar escolas especiais denominadas diferenciais, onde a grande quantidade de crianças com problemas de desenvolvimento, que não tinham espaço no sistema educacional, encontrassem, então um lugar. A existência das escolas especiais gerou por sua vez, uma barreira que acabou dificultando o ingresso dessas crianças nas escolas regulares, indicando para encaminhamento à escola especial, alunos com qualquer aspecto externo ou rendimento cognitivo diferenciado do geral das demais crianças.

Contudo, a tentativa de homogeneização de pessoas e “modelos de educação” não fica imune à reações na sociedade. Dessa forma, com pressão social, é que surgem concepções e práticas escolares em que a escola passa a ser um lugar de eliminação das desigualdades. Quando as escolas aceitam alunos (as) com necessidades especiais possibilita-se o exercício da diferença, onde todas as crianças sejam especiais e todos os professores sejam educadores também especiais. Uma escola onde a inclusão é possível e as diferenças passam a ser consideradas no âmbito das diferenças e não mais desigualdades e separação.

Segundo Meira (2001), uma escola inclusiva supõe que as diferenças sejam contempladas em seus estatutos. Que o espaço arquitetônico esteja construído de forma que uma criança portadora de paralisia cerebral possa se locomover, em cadeira de rodas com

autonomia. Que os conteúdos pedagógicos levem em conta as diferentes possibilidades da construção de aprendizagens que diferentes crianças possam levar a termo (...).

Não se trata dessa maneira, de uma escola para apagar as diferenças e supor que as crianças com necessidades especiais deverão atender as demandas escolares da mesma forma que seus colegas que não apresentam dificuldades. Este é o desafio que os (as) professores (as) devem se propor a enfrentar: o de considerar que a homogeneidade é ilusória, e que estas crianças deverão ser demandadas a partir do estágio em que se encontram, sem que se prossiga com o mito de que são todas iguais.

Assim, é preciso ter clareza de quem é o (a) professor (a) que trabalha com o aluno e, Freire (2004) nos diria que acima de tudo esse professor, ou melhor, educador é um ser humano inacabado, ainda aprendendo e em construção, mas que aceita aquilo que se coloca como novo e rejeita todas as formas de discriminação.

A partir do dizer de Freire nos vemos diante da problemática, que perpassa a educação e toda a sociedade, que é a produção ou a reprodução de estereótipos discriminatórios. Nesse sentido, são reproduzidas concepções de como as pessoas devem ser. Como as mães devem ser, de como os professores, as famílias, as crianças devem ser e se relacionar e assim por diante.

As imagens projetadas e estereotipadas sobre os sujeitos faz com que haja crença em uma forma ou até numa fórmula de como o saber deve ser e acontecer. Nesse modelo, os diferentes não cabem ou são vistos como estorvos. De outra maneira o processo de conhecimento parte de sujeitos que se acham perfeitos e superiores.

De forma geral, há culpabilização dos professores (as), porém, de outra maneira, se esquece que todos (as) de alguma forma somos preconceituosos, pois somos frutos de uma sociedade que cria imagens estereotipadas daquilo que não quer aceitar, daquilo que diz não ser normal. Os currículos ainda são bastante engessados e se supõe trabalhar com certa homogeneidade, por isso, se abrir para novas possibilidades se torna um exercício árduo.

Ao que refere à definição e orientação de um currículo apropriado às necessidades educacionais especiais, ao que pudemos perceber na EFA, foi possível orientar os professores sobre as especificidades individuais de cada aluno. Isto significa que foi indicando adaptações e modificações de seu trabalho pedagógico, no que diz respeito à mudança de metodologia, objetivos e acompanhamentos individualizados. Também as orientações foram pontuais no sentido de estabelecer um acompanhamento pedagógico junto aos professores e “escuta” destes.

A análise do projeto político pedagógico em consonância à política de inclusão aponta à coordenação pedagógica a necessidade de estabelecer critérios para uma real implantação do processo inclusivo, mas, isso não significa que não se tem dificuldades na escola.



Turma do 5º ano da EFA

O Centro de Educação Básica Francisco de Assis destaca-se pela “vontade política” de fazer uma educação de qualidade para todos e, desta forma, percebe-se esforço no sentido de avançar para viabilizar estratégias e modificações curriculares. A escola projeta reuniões que permitam o debate e a formação de idéias relacionadas a inclusão, no ano de 2007 a escola abriu suas portas para a instalação de um projeto da UNIJUI, denominado Espaço Vivo, este espaço, destinou-se ao trabalho pedagógico com as crianças e adolescentes da escola. Além da filosofia, a escola propõe trabalhos relacionados ao comprometimento inclusivo pedagógico, instalando e executando trabalhos nas suas dependências.

Ao que podemos observar na EFA, construir com a comunidade escolar propostas de inclusão desenvolvendo um plano abrangente, condizente e contínuo de formação aos professores tem sido uma das metas principais e, que decorre de toda sistematização e desenvolvimento das atividades. Os resultados no interior da escola se apresentam no

relacionamento dos alunos/professores e alunos/alunos, por meio de um diálogo centralizado no sujeito e sua singularidade.

A capacidade do reconhecimento da diferença é trabalhada cotidianamente em vista de suportar a angústia de saber que a inclusão é um processo e, que, portanto, se encontra sempre em movimento (principalmente dos professores da Educação Infantil). A partir disso, na escola, acreditam possibilitar o trabalho com a diversidade.

Constatamos que as atividades foram intensificadas junto aos professores, no sentido de rever e superar pré-conceitos em relação aos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. A partir do andamento dos trabalhos, percebemos um comprometimento maior dos professores com os alunos com necessidades educacionais especiais. Dialogando com o que nos colocava o autor sobre os estereótipos, eles são visíveis tanto de parte dos colegas, como das famílias e professores e, há uma relação de força entre superá-los ou permiti-los.

Neste contexto salientamos então, a preocupação das instituições escolares em ter (e saber como adquirir/construir/apreender) conhecimentos que sustentem o cuidar, o integrar, o reconhecer e o relacionar-se com crianças, jovens e adultos. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, sejam elas permanentes ou temporárias, no ensino regular, cria-nos uma situação de desafio, dado que sempre haverá uma diferença na aprendizagem e no comportamento que lhes é peculiar, e também pelo difícil acesso aos conteúdos e ensino, de maneira igualitária, em relação aos demais no âmbito de sala de aula. Observa-se que, a inclusão se dá por um processo lento e gradual, e verifica-se que as turmas que acolheram e acolhem alunos portadores de deficiências, simultaneamente se adaptam as necessidades deste sujeito, construindo um meio para colocar o (a) colega na interatividade do coletivo.

O que desafia o professor a refletir sobre a insuficiência de seus recursos pedagógicos, a rever suas formas de se relacionar com os alunos, a estudar temas que pensava nunca ter que estudar, altera muito a situação tradicional da escola. É importante perceber que a educação é um vir a ser. O que vivemos ontem não nos serve mais e também não somos o que viveremos amanhã, existe um processo de mudança contínua. Porém, é exatamente isso que se precisa fazer: procurar saber como proporcionar, no espaço e no tempo escolar, um conhecimento para todas as crianças, quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais, de saúde ou suas possibilidades relacionais.

Nessa perspectiva, dependemos do conhecimento da história de vida de cada criança e das relações sociais que estabeleceu desde seu nascimento para, então, poder tomar as atitudes

cabíveis enquanto escola, enquanto profissionais do ensino; envolvendo-se cada vez mais como uma escola inclusiva no apoio ao crescimento e desenvolvimento dos alunos como aprendentes e como cidadãos.

A única possibilidade de o aluno ter acesso às experiências de aprendizagem e, por conseqüência, ao avanço à academia, é estar inserido no contexto regular de ensino que apresenta um currículo voltado a atender a diversidade dos alunos. Mais que esse aluno estar inserido, é ele possibilitar que colegas, professores e trabalhadores da educação em geral aprendam a incluir.

O Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação Especial, 2005, nas suas orientações para educar na diversidade, aponta que o docente deve adotar em sua prática pedagógica uma concepção de aprendizagem ativa e significativa, ter sempre a possibilidade de rever seus objetivos, ver na prática o que se espera que seja realizado pelos alunos aumentando as chances de participação de todos os alunos e o sucesso da aprendizagem de cada um, uma avaliação contínua com apoio para resolverem problemas e aprender.

O currículo exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais, é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza sua operacionalização, definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerindo sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação. Essas noções de projeto pedagógico da escola estão intimamente ligadas à educação para todos que se almeja conquistar.

Possibilidade de incluir: socializar

Feche os olhos, imagine uma casa, recém construída, com móveis novos, pintada com a cor que desejar, a casa é linda, e ao lado da casa há uma cachoeira, com belos e diversos animais. Imagine agora um morador (a) para esta casa, você pode determinar a sua forma física, seu sexo, sua idade. Agora imagine o principal, a rotina desta pessoa, não esquecendo do detalhe que esta pessoa mora sozinha, e sua casa fica quilômetros e quilômetros longe de outra casa; de outro ser humano. Você pode imaginar isso?

Vamos aproveitar este instante de leitura para aprofundarmos mais nosso entendimento e imaginação. Imagine um recém nascido, ele foi abandonado numa cidade fictícia chamada “*cidade de ninguém*”, lá também não existe pessoas, apenas um robô que não fala, não tem um comportamento similar a humanos. Este robô cuida deste sujeito, lhe dá alimentos para que possa crescer, ensina-lhe tudo aquilo que faz. Este sujeito, que supomos ser criança torna-se adolescente, e de alguma forma fica sabendo que em poucos quilômetros

dali existe outra cidade, nesta existem pessoas “iguais” ao nosso personagem-sujeito. Neste instante então ele (a) decide ir a essa cidade. Anda alguns quilômetros, já está perto da cidade, e pouco antes de entrar observa as luzes das casas acessas ao mesmo instante, observa que lá há *vida*². Ele (a) entra na cidade então encontra o primeiro *cidadão*, o cidadão ignora nosso personagem, por sua aparência “robótica”, por sua fala, sua postura, por não ser igual. Pergunto então, por quê?

Segundo Oliveira, aprendemos a *ser*³ com o meio que nos cerca, aprendemos habilidades, valores, atitudes, virtudes, experiência... A importância da socialização sem dúvida é muito importante para a constituição do indivíduo, para o seu reconhecimento na sociedade.

Aprendizado ou aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores a partir do contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (...) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (...) (OLIVEIRA, M.K, 1995, p. 22).

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Ver as necessidades especiais dos alunos atendidos no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a estes alunos, mas também que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta destas especificidades, flexibilizando a prática educacional.

O processo de inclusão aponta para um percurso que abra espaço para sublinhar a diferença, sendo que ela é o ponto de articulação do ser humano. Por isso a educação inclusiva aposta, sobretudo, em uma mudança nos professores, que estabelecem com o outro um diálogo reconhecendo que este será sempre outro, diferente, distinto. Temos que apostar no enlace do outro a cultura (inclusão) possuindo como horizonte a criação de uma ligação, nossa ligação a ele e a ligação dele ao coletivo que como professores representamos. São muitos os desafios, pois somente estar junto não garante nada.

Portanto, a educação no âmbito de ensinar a todos de uma forma igualitária, não aguarda que a pessoa com deficiência se integre por si mesma, mas que os ambientes inclusive o educacional se transformem para possibilitar sua inserção, ou seja, estejam

² Conjunto de sujeitos.

³ Constituímos nossas identidades, humores, preferências e damos continuidade a uma cultura.

devidamente preparados para receber todas as pessoas indistintamente. As práticas pedagógicas devem estar voltadas a facilitar a aprendizagem destes sujeitos, registrando-os como tal e levando em conta o seu desejo de aprender e de estar com os outros.

Segundo Paulo Freire o ensinar exige do profissional e do educando comprometimento e, além disso, para se ensinar o novo, deve-se ter a convicção de que a mudança é possível e, para se chegar no patamar desejado é necessário empenho, comprometimento e criatividade. Paulo Freire ainda aborda a necessidade de empregar em sala de aula uma “política” que rompe o pensar preconceituoso dos sujeitos, segundo ele:

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres (...) (2004, p. 42).

Desta forma, existe uma grande importância da linguagem, da fala e do discurso no processo educacional. Na redução a um indivíduo concreto a imagem impera sobre os sujeitos, em que a sociedade atual é a sociedade da representação, do espetáculo. Toma a imagem como verdade. O imaginário social desloca-se então para a sociedade do ideal: o corpo ideal, a família ideal, a relação ideal. Esta idealização constrói um modelo que deve ser seguido por todos, modelo que constrói regras de como deve ser e agir socialmente. A casa fictícia que anteriormente propomos a idealizar merece estar em um lugar civilizado, em contato com outras casas, o local deve ser reconhecido, deve-se estabelecer relações que diferenciem e valorizem a casa, a casa jamais deve ser esquecida, abandonada, seu “dono não deve valorizá-la pela sua aparência, pelo material que foi construída, mas deve sim, dar valor ao acolhimento que ela proporcionou nos dias de chuvas, temporais e, pelos momentos da vida que compartilharam no mesmo lugar”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2º ed, coord geral– Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol I. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COLL, César, PALACIOS, Jesus, MARCHESE, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. V.3 Artmed. Porto Alegre, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Edição especial Pronera. São Paulo: Paz e Terra , 2004

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 32. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MARQUES, Mario O. **A Formação do Profissional da Educação**. Ijuí: Editora UNIJUI, 1992.

MEIRA, Ana Marta Goelzer. Contribuições da psicanálise para a Educação inclusiva. In **Escritos da Criança**. Centro Lydia Coriat – V.6 Porto Alegre, 2001.

MORAES, Solange da Silva (org.). **Conhecendo a EFA** – proposta de organização. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

RODRIGUES, David (Org) **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. Summus Editorial, São Paulo, pp. 211-238, 2006

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global 2005 da Educação para todos** – Imperativo de qualidade. Editora Moderna. Brasil.2005